



IX Simpósio Nacional de História Cultural
Culturas – Artes – Políticas: Utopias e distopias do mundo contemporâneo
1968 – 50 ANOS DEPOIS
Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT
Cuiabá – MT
26 a 30 de Novembro de 2018

HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA GUERRA DO PARAGUAI
(1852-1864) – ANTECEDENTES DE UM CONFLITO REGIONAL

Ney Iared Reynaldo¹

Este texto trata de um estudo acerca da Guerra do Paraguai, enquanto um conflito anunciado. A década de 1850 foi um período de importantes mudanças na navegabilidade do rio Paraguai. A partir de 1852, ocorreu o retorno da internacionalização das águas da bacia do rio da Prata, levando as populações brasileiras e paraguaias que viviam em suas margens a fazerem dele melhor uso. Ao mesmo tempo, iniciou-se uma disputa entre Brasil e Paraguai no que diz respeito à livre circulação de navios brasileiros em toda extensão do rio, ou seja, até a sua confluência com o rio Paraná.

A problemática da livre navegação no rio Paraguai ligava-se a uma dupla questão: de um lado, ela era político-estratégica, pois envolvia a defesa, pelo Governo Imperial, da via fluvial que melhor daria acesso das províncias litorâneas a do Mato Grosso; de outro lado, estava presente uma questão econômica, posto que esta província estivesse diretamente associada ao comércio da região platina.

Logo após as independências, o Brasil pressionou o país vizinho pelo estabelecimento de negociações acerca da livre navegação do rio Paraguai. Segundo Clifton B. Kroeber, na segunda metade do século XIX, "os rios compartilhados entre dois

¹ Ney Iared Reynaldo é docente da Universidade Federal de Mato Grosso, desde 1991.

ou mais países passaram a constituir tema das mesas de negociação entre as potências interessadas no escoamento de suas manufaturas e manufaturados de mercadorias necessárias”².

No entanto, esses debates sobre abertura da navegação internacional pelo rio Paraguai tinham relação com outra preocupação do Império, ou seja, a integridade territorial do Estado brasileiro e, por conseguinte, a sua própria unidade. Visavam a impedir que a Província de Mato Grosso viesse a ser tomada por tendência separatista na área fronteira com as repúblicas platinas, em decorrência da distância em relação à sede do Império. Para isso, buscavam marcar presença numa região considerada estratégica para a segurança interna, o que se refletia nos discursos a favor dessa abertura e sua importância política e econômica³. A fala do deputado da Província de Mato Grosso, Manoel Monteiro, ilustra como os interesses do Governo central encontravam eco na Província:

Não será preciso gastar muito para demonstrar aos Snrs. as vantagens desta liberdade de navegação. Basta saber que a Província de Mato Grosso é uma das províncias mais longínquas da Capital [Rio de Janeiro] e da costa e que contém em si elementos de prosperidade e grandes riquezas⁴.

O rio Paraguai é o segundo em extensão fluvial da América do Sul. Considerado "um dos mais majestosos e de mais segura navegação do mundo, é indubitavelmente a melhor e a mais fácil entrada da Província de Mato Grosso”⁵ por formar um estirão, correndo na direção norte-sul. Percorre mais de dois mil quilômetros, antes de desaguar na bacia do Prata, situando-se dois terços de sua extensão (4,6%) em território brasileiro (1.693 Km²)⁶.

A seguir, num curto trecho de seu percurso, divide o Império brasileiro da República do Paraguai, para, antes de juntar-se ao rio Paraná, transitar apenas em

² KROEBER, C. B. **La navegación de los ríos en la historia argentina**. Buenos Aires: Paidós, 1967. p. 105.

³ Veja-se BECKER, B. K.; EGLER, C. A. G. **O Brasil: uma nova potência na economia-mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993. p. 61.

⁴ MONTEIRO, M. Discurso. Sessão de 09/03/1843, **Annaes do Parlamento**, t. 2, p. 154, 1843.

⁵ FONSECA, J. S. da. **Viagem ao redor do Brasil (1875-1878)**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1952. p.120-121.

⁶ ACADÊMIA DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ADESG). **Navegação fluvial**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1940. p. 109.

território paraguaio. Esse trecho internacional de Corumbá à Assunção totaliza 1.144 quilômetros, dos quais 210 de soberania exclusiva do Brasil, 48 quilômetros de soberania compartilhada entre o Brasil e a Bolívia, 332 quilômetros entre o Brasil e o Paraguai, além de 554 quilômetros de domínio paraguaio⁷. Ao longo da parte do rio que separa os dois países se constituíram, até o final da Guerra do Paraguai, uma área de disputa e de intercâmbios, na qual nossa análise vai se concentrar.

Os desentendimentos entre brasileiros e paraguaios em relação a essa área têm sua origem no Tratado de Santo Ildefonso (1777). A principal discordância diz respeito a uma cláusula deste Tratado que reconhecia ser espanhol um território de mais de duzentos quilômetros que já era ocupado pelos luso-brasileiros. Na fase independente, a decisão de Juan Manuel de Rosas de bloquear os trechos argentinos dos rios da bacia do Prata à navegação internacional colocou o Brasil e Paraguai lado a lado na luta pela livre navegação.

Após a derrota de Rosas em fevereiro de 1852, entretanto, paraguaia e brasileira vira novamente o quanto seus interesses eram conflitivos no que diz respeito ao uso do rio Paraguai e à posse das terras por ele banhadas. O Governo brasileiro, como vitorioso, sentiu-se no direito de garantir a livre navegação dos rios Paraná e Paraguai, ocupando ou apoiando a ocupação de pontos estratégicos. Por sua vez, os paraguaios, que passaram a restringir o livre trânsito no trecho do rio que passava exclusivamente por seus domínios, justificavam o controle à livre navegação do rio Paraguai, alegando questão de soberania.

A unidade político-administrativa do Brasil na qual o rio Paraguai nasce e percorre seu trajeto brasileiro é o atual estado de Mato Grosso. No período imperial, era a Província do Mato Grosso que vivenciava diretamente as questões fronteiriças e a disputa pela navegabilidade do rio Paraguai. Considerando o novo contexto que se instalara no ano de 1852, Augusto João Manoel Leverger⁸, presidente da Província de Mato Grosso, decidiu-se pela ocupação do 'Fecho dos Morros' no lado oriental do rio Paraguai, área de suma importância para pretensões geoestratégicas do Estado brasileiro.

⁷ Disponível em <https://www.mar.mil.br/dhn/bhmn/download/cap-40.pdf> acessado em 18 de abril de 2007.

⁸ MENDONÇA. R. de. **Dicionário biográfico mato-grossense**. Cuiabá: IHGMT. 1971. p. 86-87.

Tal ato indignou o Governo paraguaio, que evocava o poder legítimo sobre o local contestado. A reação paraguaia foi imediata, a ponto de organizar uma força tarefa militar para expulsar os mato-grossenses. O incidente, ainda que tenha sido resolvido pelas vias diplomáticas, alertou o Gabinete Imperial da frágil estrutura da defesa no sul de Mato Grosso e serviu como um indicativo de que, naquela área, poderia iniciar-se uma guerra entre os dois países.

Esta obra visa identificar e analisar os fatores que, no âmbito regional e envolvendo mais diretamente a Província de Mato Grosso, contribuíram para a deflagração da Guerra do Paraguai. A tese desenvolvida é que, antes mesmo do conflito com o Paraguai (1864-1870), já existiam elementos que evidenciavam instabilidade na província e que eles poderiam ser referidos como condicionantes necessários para a eclosão da Guerra do Paraguai.

Assim sendo, pode-se afirmar que os mato-grossenses, situados na região de fronteira, estavam cientes de que a invasão iria acontecer a qualquer momento, só restava saber quando, pois, quanto ao local, já se supunha ser pelo rio Paraguai. Grande maioria dos habitantes da província estava consciente dos preparativos paraguaios para um conflito, e a guerra era sentida como "anunciada".

Os corte cronológico desse trabalho é o ano de 1852, quando se deu a liberalização da navegação na bacia do Prata e o final, o de 1864, quando ocorreu a invasão paraguaia no sul de Mato Grosso. Nesse período, cresceu a importância da navegação no rio Paraguai para os brasileiros, tendo em vista ser mais conveniente, tanto no que diz respeito a aspectos econômicos quanto ao tempo despendido e à segurança do transcurso. A título de exemplo, uma viagem de Cuiabá a Corumbá levava em média de 50 a 60 dias, enquanto que, pelo rio Paraguai, essa distância era vencida pela metade do tempo. Convém destacar, entretanto, que, para melhor desenvolvimento da argumentação, em muitos momentos, o recorte cronológico recuará no tempo.

O conceito de fronteira é fundamental para o desenvolvimento de nossa análise. Do ponto de vista teórico, vê-se a necessidade de esclarecer de que conceito de fronteira se está apropriando. Embora esse conceito seja difuso, tanto na retórica diplomática como em grande parte dos ensaios sociais e estudos históricos, uma de suas características é a duplicidade: fronteira foi e é, simultaneamente, um objeto/conceito e um

objeto/metáfora⁹. Parece consenso haver, de uma parte, fronteiras físicas, territoriais e, de outra, fronteiras culturais, simbólicas¹⁰. Em verdade, ambas as modalidades se misturam¹¹.

A fronteira a ser abordada no presente estudo se configura preferencialmente em seu significado territorial. Ela será vista como expressão da dinâmica que imprime a ocupação de um determinado território por distintas sociedades. Com o conceito de fronteira, busca-se compreender, por um lado, a construção histórico-econômica de um espaço e, por outro, as relações que se estabelecem entre as sociedades que disputam e, ao mesmo tempo, compartilham esse espaço¹².

Sendo assim, essa noção indica algo mais do que a simples demarcação de um limite territorial. É um espaço geográfico, onde Estados e sociedades estão incorporando/disputando territórios e onde se estão imprimindo processos sociais e organização institucional, os quais pressupõem a vinculação dinâmica de sociedades distintas, área de contato de formações sociais diversas.

Ao tratarmos de um espaço em que historicamente se fazem presentes disputas ou tensões¹³, como o que compreende as terras junto ao rio Paraguai, defendemos que nele, concomitantemente, se processam intercâmbios comerciais, sociais e culturais, o que permite concluir que os dois tipos de fronteira identificados por Jean Chesneux (1981), ali, não são excludentes. O que pode haver, em momentos e circunstâncias distintas, é a prevalência de um tipo sobre o outro. No caso da fronteira analisada, a situação de disputa e tensão tendeu a crescer e a se agravar no período focalizado. Neste sentido, Luiza Volpato (1987), reforça a importância da fronteira para as pretensões lusitanas em Mato Grosso, dizendo que:

[...] a fronteira não pode ser desprezada como zona de tensão. Isso porque, além das jazidas que encerrava. Mato Grosso garantia a defesa do interior da Colônia [...]. A ameaça do avanço espanhol sobre a Capitania sempre esteve presente em sua população, sendo um significativo fator de segurança social. [...] A criação da Capitania

⁹ GRIMSON, A. **Fronteras nacionales e identidades**: la periferia como centro. Buenos Aires: Ciccus, 2000. p.211.

¹⁰ Ibid., p. 212.

¹¹ Cf. CHESNEAUX, J. **¿Hacemos tabla rasa del pasado?** a propósito de la historia y de los historiadores. Ciudad del México: Siglo Veintiuno, 1981.

¹² SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Hucitec, 1979. p. 17-35.

¹³ VILAR, P. **Iniciación al vocabulario del análisis histórico**. Barcelona: Critica Grijalbo, 1982. p.147-148.

[1748] tinha como um dos seus objetivos a caracterização da posse da região, tornando mais efetiva à argumentação utilizada pela diplomacia portuguesa do *uti possidetis* (grifo nosso)¹⁴.

A revisão historiográfica que realizamos sobre os antecedentes da Guerra do Paraguai nos permitiu perceber que o tema proposto ainda não foi analisado na história regional mato-grossense. A abordagem que a historiografia nacional faz da Guerra do Paraguai sempre privilegiou, tanto em suas origens como nos desdobramentos, aspectos que afetavam diretamente os interesses nacionais e internacionais. Nesse sentido, sua recuperação regional permite a possibilidade de inclusão de novos dados na interpretação histórica acerca da Guerra.

A historiografia regional contribui com vários estudos que subsidiam nossa análise. De maneira geral, vemos que ela privilegia o período colonial principalmente. Consagra, para Mato Grosso, o papel de província importante para dificultar a chegada dos inimigos estrangeiros às regiões mais importantes do Brasil. É esta a leitura presente em Jovam Vilela da Silva, em *Mistura de cores - política de povoamento e população na capitania de Mato Grosso - século XVIII*¹⁵, e em Otávio Canavarros (*O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)*)¹⁶. Ambos tratam do processo de ocupação do interior do Brasil como ato estimulado pelo próprio movimento expansionista da Coroa, reservando a Mato Grosso o papel de guardião ou consolidador das fronteiras no século XVIII, enfim de *antemural* protetor para regiões mais desenvolvidas, como Minas Gerais, Goiás ou São Paulo¹⁷.

Alcir Lenharo, que abrange em sua análise o período por nós focalizado, em *Crise e mudança na frente oeste de colonização*¹⁸, se refere à economia mato-grossense, dizendo que a crise da mineração não provocou a estagnação, mas sim um rearranjo das

¹⁴ VOLPATO, L. R. R. **A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil (1719-1819)**. São Paulo: Hucitec, 1987. p. 38.

¹⁵ SILVA, J. V. da. **Mistura de cores: política de povoamento e população na Capitania de Mato Grosso - século XVIII**. Cuiabá: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1995.

¹⁶ CANAVARROS, O. **O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)**. Cuiabá: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 2004.

¹⁷ TAUNAY, A. d'E. **Augusto Leverger, Almirante Barão de Melgaço, antemural do Brasil em Matto-Grosso, com um complemento da lavra de Virgílio Corrêa Filho**. São Paulo: Melhoramentos, 1931. VOLPATO, L R R. **A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil (1719-1819)**. São Paulo: Hucitec, 1987. p. 39.

¹⁸ LENHARO, A. **Crise e mudança na frente oeste da colonização**. Cuiabá: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1982.

forças produtivas. Afirma também que a manutenção de certos elementos representativos do mercado interno teria levado a uma substituição de importações, em especial a substituição dos gêneros de abastecimento.

O referido autor identifica como Mato Grosso foi se integrando a um mercado inter-regional com a venda de gado *vacum* aos mercados de Goiás, São Paulo, Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Para ele, no período de 1852 e 1864, essas atividades se fortaleceram com o deslocamento do eixo econômico que vinculava Mato Grosso ao Grão-Pará e Maranhão (1621-1772) para o que o vinculava ao Prata (rio Paraguai). Sustenta a tese de que o capital acumulado na época do auge minerador, junto com a exploração da mão de obra escrava, foi reinvestido nas atividades agrícolas, pecuárias e no comércio intra e inter-regional.

Em *História do Mato Grosso*¹⁹, Virgílio Corrêa Filho analisa como a sociedade se organizou depois do declínio da mineração. Seu texto abrange o período entre a ocupação e a colonização de Mato Grosso até os começos da Primeira República. Atento ao aspecto político-administrativo, o autor fornece pistas de como a economia de contrabando foi se organizando na fronteira e de como foram se estabelecendo as trocas comerciais, no século XIX, com um Paraguai isolado e pós-independente na ditadura de José Gaspar Rodríguez Francia e da política de abertura de Carlos Antônio e Francisco Solano López.

Questões referentes à economia provincial foram focalizadas por Gilberto Luiz Alves, no artigo *Mato Grossas e a História: 1870-1929 - Ensaio sobre a transição do domínio econômico da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro*²⁰. Nele, o autor afirma que o capital do comércio da época da mineração constituiu a formação da casa comercial em Mato Grosso. Sustenta, ainda, que, com a abertura da navegação do rio Paraguai, em 1852, o capital financeiro foi introduzido na Província por meio desses estabelecimentos comerciais.

¹⁹ CORRÊA FILHO, V. **História de Mato Grosso**. Várzea Grande: Fundação Julio Campus, 1994.

²⁰ ALVES, G. L. Mato Grosso e a História: 1870-1929: ensaio sobre a transição do domínio econômico da Casa Comercial para a hegemonia do capital financeiro. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v.2, n.6, p. 5-81, 1984.

Com o título de *Nos confins do Império*. Um deserto de homens povoado por bois (A ocupação do planalto sul de Mato Grosso: 1830-1870)²¹, João Antônio Lucidío Botelho analisa as restrições do Governo paraguaio aos contatos fronteiriços, principalmente durante o governo do presidente Rodríguez Francia.

Do ponto de vista da produção bibliográfica nacional, poucos são os estudos que recuperam as investigações realizadas em âmbito regional. Mesmo assim, temos as contribuições de alguns autores. Para Alfredo da Mota Menezes, em *Solano López, o partido e a Guerra do Paraguai*²², os antecedentes do conflito estavam em jogo, questões de política local, que inclusive a justificaram para seus protagonistas. Hildebrando Accioly, em *Limites do Brasil: a fronteira com o Paraguai*²³ focaliza as questões de limites territoriais. A importância desse estudo permite compreender a formação da fronteira com o Paraguai. Além de não focalizar aspectos sociais relevantes nessa ‘teia de negociações’, pouca referência faz à navegação nesse contexto.

Francisco Fernando Monteoliva Doratioto, na obra *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*²⁴ é um dos poucos autores atualmente que têm se preocupado em fazer uma análise mais cuidadosa do ponto de vista regional do conflito, trazendo detalhes, ainda que parciais, sobre a Província de Mato Grosso. Passemos a verificar o tratamento da historiografia paraguaia acerca dos antecedentes do conflito e a invasão do Mato Grosso. De início, percebemos que grande parte da produção historiográfica tradicional paraguaia atribui o território que compreendia a capitania/província de Mato Grosso como extensão de território guarani.

Autores como Carlos Pereira, em *Solano López y su drama*²⁵, Fernando Barrás Sandino na obra *Las pierdas territoriales del Paraguay*²⁶ e Angel Miguel del Marco, em

²¹ BOTELHO, J. A. L. **Nos confins do Império**: um deserto de homens povoado por bois: a ocupação do planalto sul de Mato Grosso: 1830-1870. 1993. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.

²² MENEZES, A. M. **Solano López, o partido Blanco e a Guerra do Paraguai**. Nova Orleans: Tulane University, 1981.

²³ ACCIOLY, H. **Limites do Brasil**. A fronteira com o Paraguai. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

²⁴ DORATIOTO, F. F. M. **Maldita guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

²⁵ PEREIRA, C. **Solano López y su drama**. Buenos Aires: Ediciones de la Patria Grande, 1962. p.7-8.

²⁶ SANDINO, F. B. **Las pierdas territoriales del Paraguay**. Asunción: La imprenta Nacional, 1963.

*La Guerra del Paraguay*²⁷, se utilizavam de fontes oficiais paraguaias, tais como as cartas confidenciais do presidente Solano López trocadas com seus comandados, tendo duas delas apresentado um traçado do vale do Paraguai que conservava o estabelecido no tratado de Madri, de 1750²⁸.

Também se utilizavam do determinismo geográfico. O historiador paraguaio Jorge Baltrán Dominguez González escreveu, na segunda metade do século XIX e a serviço de seu Governo, um ensaio, justificando o controle total da navegação do rio Paraguai em Mato Grosso para benefício da República do Paraguai, por acreditar que "a própria natureza e curso do rio depunha a favor de tal princípio"²⁹.

No que tange à invasão militar do Mato Grosso pelo Paraguai, a historiografia paraguaia a justifica como necessária e que o país estava preparado para enfrentar o Império brasileiro. Entre os exemplos, temos Gregório Benites, que escreveu *Diplomático y Militar de la Guerra del Paraguay*³⁰, cuja publicação é de 1906, em que narra os preparativos e os ataques-relâmpagos em Mato Grosso, bastante comemorado depois, em Assunção. Em *Carlos Antônio López: estruturação do Estado paraguaio*, Cecílio Baez reconhece a necessidade dos López de mudar a imagem de um Paraguai autossuficiente e isolado, para um Paraguai mais atento aos acontecimentos em seu entorno, sobretudo, com o Império brasileiro. Ele considera paradoxal a política externa do Império desenvolvida antes da guerra; diz o autor: "[...] enquanto o Império insiste pela liberação da navegação do rio Paraguai, de outro, lutava veemente pelo fechamento da bacia Amazônica às nações ribeirinhas"³¹.

Dentre os autores paraguaios e estrangeiros mais recentes, destacamos Horton Pellham Box, autor de *Los Orígenes de lá Guerra dele Paraguay contra la Triple Alianza*³², pois, em sua análise sobre os antecedentes da Guerra do Paraguai, revela os diferentes contatos que vinham ocorrendo entre os brasileiros e os paraguaios nas

²⁷ MARCO, M. A. del. **La Guerra del Paraguay**. Buenos Aires: Planeta, 1995.

²⁸ Rf. **Álbum Gráfico de la Republica del Paraguay**, 1910.

²⁹ GONZALEZ, J. D. B. Matto-Grosso, es paraguay. **El Semanario**, Asunción, n. 123, 20 out. 1862.

³⁰ BENITEZ, G. **Anales Diplomático y Militar de la Guerra del Paraguay**. Asunción: Establecimiento Tipográfico de Muñoz Hunos, 1906. t. 1.

³¹ BAEZ, C. **Antonio Carlos López: estruturação del Estado Paraguayo**. Asunción: Shaumann, 1990. p. 98-105.

³² BOX, P.H. **Los Orígenes de la Guerra del Paraguay contra la Triple Alianza**. Asunción: La Colmena, 1936.

atividades de comércio e navegação no rio Paraguai. No tocante, às relações de fronteira, afirma que teria existido, por parte de comerciantes e exportadores, uma oposição à ação bélica, por ser prejudicial às atividades econômicas na região.

Júlio César Chaves, em *El Presidente López*³³, publicado em 1968, trata especificamente do Governo de Carlos Antônio López, destacando as inúmeras denúncias que ele realizou em relação à criação das colônias militares e às intenções do Governo Imperial brasileiro no que diz respeito à livre navegação do rio Paraguai.

O historiador estadunidense John H. Williams, em *The Rise and Fall of the Paraguayan Republic, 1800-1840*³⁴, analisa a história paraguaia, sustentando que, mesmo com a ditadura francista, houve um contínuo intercâmbio comercial com o rio da Prata e o Brasil, realizado principalmente em Pilar, Concepción e Itapuá. Para ele, apesar de sua estrutura produtiva e do seu restrito mercado interno, a economia paraguaia não podia manter-se totalmente isolada.

Em *La Economía Colonial*³⁵, cuja primeira edição é de 1958, Juan Bautista Rivarola traz valioso relato quantitativo sobre as atividades comerciais desenvolvidas com os mato-grossenses por meio da Vila Real de Concepción (Paraguai) e o desdobramento político ocasionado pela transferência deste posto de comércio para o porto de Itapuá, mais ao sul.

Ainda, com o intento de investigar sobre as relações de brasileiros e paraguaios no espaço fronteiro do período colonial, porém sob o enfoque da história social, temos a obra de Nidia R. Areces, em *Estado y Frontera en el Paraguay, Concepción durante el gobierno del Dr. Francia*³⁶.

Os distintos locais de pesquisa consultados, tanto no Brasil quanto na República do Paraguai, possibilitaram a argumentação do tema dessa obra. No que diz respeito às fontes impressas consultadas para essa obra destaca-se as publicações do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, nas quais encontramos publicações de memórias, relatos de viajantes, ofícios, relatórios,

³³ CHAVES, J. C. **El Presidente López**. Buenos Aires: Depalma, 1968.

³⁴ WILLIAMS, J. H. **The Rise and fall of the Paraguayan Republic, 1800-1840**. Austin: Institute of Latin American Studies, The University of Texas, 1969.

³⁵ PAOLI, J. B. R. **La Economía Colonial**. Assunção: Litocolor, 1986.

³⁶ ARECES, R. N. **Estado y Frontera en el Paraguay, Concepción durante el Gobierno del Dr. Francia**. Assunção: Litocolor, 2007.

correspondências oficiais e particulares e informes sobre as vias de comunicação (fluviais e terrestres). Utilizamos relatórios presidenciais, que nos forneceram dados significativos para a análise do desenvolvimento econômico da Província de Mato Grosso, sobretudo entre os anos de 1840 e 1852, tais como: vias de comunicações, preços de mercadorias, fazendas de gado, produção agrícola, tabelas estatísticas referentes à produção e população.

Outras duas fontes impressas que foram consultadas são a *Coleção de Leis do Império* (1852-1864) e os *Decretos da Província de Mato Grosso* (1852-1864). A consulta a este tipo de documentação legislativas foi fundamental para o conhecimento da abordagem oficial sobre a questão do comércio, política externa, arrecadação de impostos, administração, navegação e orçamento provincial.

No Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, tivemos acesso à documentação dos cartórios; consultando, especificamente, os inventários patrimoniais de relevância jurídica, possibilitando-nos relacionar diversos bens e suas origens. Essa documentação consta de duas partes essenciais: avaliação de bens de herança e sua partilha patrimonial. Esta fonte proporcionou importantes dados quanto à posse da terra na região fronteiriça, o que permitiu comprovar sua concentração em mãos de latifundiários; suas atividades comerciais, número e preços de escravos, das mercadorias, propriedades e do gado.

Outras importantes fontes consultadas foram as *Guias* de Importação, Exportação e de Reexportação³⁷ produzidas pela Alfândega de Corumbá, por meio das quais se identificaram as atividades das casas comerciais e os comerciantes, o tráfego de embarcações e os produtos que se importavam e exportavam para a Província de Mato Grosso. Este conjunto documental revela a dinâmica de um comércio de Mato Grosso com outras regiões do Brasil, com a Europa e o Prata.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACADÊMIA DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ADESG). **Navegação fluvial**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1940.

ACCIOLY, Hildebrando. **Limites do Brasil**. A fronteira com o Paraguai. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

³⁷ Maiores informações ver, **Alfândega de Corumbá**. Brasília: Ministério da Fazenda, 1988. p. 11.

Álbum Gráfico de la Republica del Paraguay, cuja Primeira Edição é de 1910.

Alfandega de Corumbá. Brasília: Ministério da Fazenda, 1988.

ALVES, Gilberto Luiz. Mato Grosso e a História: 1870-1929: ensaio sobre a transição do domínio econômico da Casa Comercial para a hegemonia do capital financeiro. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v.2, n.6, p. 5-81, 1984.

ARECES, R. Nidia. **Estado y Frontera en el Paraguay, Concepción durante el Gobierno del Dr. Francia**. Assunção: Litocolor, 2007.

BAEZ, Cecilio. **Antonio Carlos López: estructuración del Estado Paraguayo**. Asunción: Shaumann, 1990.

BECKER, B. K.; EGLER, C. A. G. **O Brasil: uma nova potência na economia-mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993. p. 61.

BENITEZ, Gregorio. **Anales Diplomático y Militar de la Guerra del Paraguay**. Asunción: Establecimiento Tipográfico de Muñoz Hunos, 1906. t. 1.

BOTELHO, João Antônio Lucídio. **Nos confins do Império: um deserto de homens povoado por bois: a ocupação do planalto sul de Mato Grosso: 1830-1870**. 1993. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.

BOX, Pelham Horton. **Los Orígenes de la Guerra del Paraguay contra la Triple Alianza**. Asunción: La Colmena, 1936.

CANAVARROS, Otávio. **O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)**. Cuiabá: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 2004.

CHAVES, Julio César. **El Presidente López**. Buenos Aires: Depalma, 1968.

CHESNEAUX, Jean. **¿Hacemos tabla rasa del pasado?** a propósito de la historia y de los historiadores. Ciudad del México: Siglo Veintiuno, 1981.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **História de Mato Grosso**. Várzea Grande: Fundação Julio Campus, 1994.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

FONSECA, José Severiano da. **Viagem ao redor do Brasil (1875-1878)**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1952. p.120-121.

GONZALEZ, Jorge Domínguez Baltran. Matto-Grosso, es paraguayo. **El Semanario**, Asunción, n. 123, 20 out. 1862.

GRIMSON, Alejandro. **Fronteras nacionales e identidades: la periferia como centro**. Buenos Aires: Ciccus, 2000. p.211.

<https://www.mar.mil.br/dhn/bhmn/download/cap-40.pdf> acessado em 18 de abril de 2007.

KROEBER, Clifton B. **La navegación de los ríos en la historia argentina**. Buenos Aires: Paidós, 1967.

LENHARO, Alcir. **Crise e mudança na frente oeste da colonização**. Cuiabá: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1982.

MARCO, Miguel Angel del. **La Guerra del Paraguay**. Buenos Aires: Planeta, 1995.

MENDONÇA, Rubens de. **Dicionário biográfico mato-grossense**. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 1971.

MENEZES, Alfredo da Mota. **Solano López, o partido Blanco e a Guerra do Paraguai**. Nova Orleans: Tulane University, 1981.

MONTEIRO, Manoel. Discurso. Sessão de 09/03/1843, **Annaes do Parlamento**, t. 2, 1843.

PAOLI, Juan Bautista Rivarola. **La Economía Colonial**. Assunção: Litocolor, 1986.

PEREIRA, Carlos. **Solano López y su drama**. Buenos Aires: Ediciones de la Patria Grande, 1962.

SANDINO, Fernando Barrás. **Las pérdidas territoriales del Paraguay**. Asunción: La imprenta Nacional, 1963.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Hucitec, 1979.

SILVA, Jovam Vilela da. **Mistura de cores: política de povoamento e população na Capitania de Mato Grosso - século XVIII**. Cuiabá: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1995.

TAUNAY, Alfredo d'E. **Augusto Leverger, Almirante Barão de Melgaço, antemural do Brasil em Matto-Grosso, com um complemento da lavra de Virgílio Corrêa Filho**. São Paulo: Melhoramentos, 1931.

VILAR, Pierre. **Iniciación al vocabulario del análisis histórico**. Barcelona: Critica Grijalbo, 1982.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. **A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil (1719-1819)**. São Paulo: Hucitec, 1987.

WILLIAMS, John hoyt. **The Rise and fall of the Paraguayan Republic, 1800-1840**. Austin: Institute of Latin American Studies, The University of Texas, 1969.